Art. 19.º No n.º 8.º do artigo 323.º da mesma lei, será incluída a indicação da cidade do Funchal, ficando assim rectificado:

«Aos aspirantes em exercício nas cidades de Lisboa, Pôrto, Coimbra e Funchal, abonar-se há como subsídio de residência por ano 40\$».

Art. 20.º O artigo 327.º da citada lei, fica assim modificado:

Substituir: «Aspirantes, encarregados de estação, semaforicos, telefonistas e mecânicos §80», pelo seguinte:

«Aspirantes 1\$, encarregados de estação, semaforicos, telefonistas e mecânicos §80».

Art. 21.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro do Fomento a faça imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 23 de Agosto de 1915.—*Joaquim Teófilo Braga*—*Manuel Monteiro*.

Administração Geral dos Correios e Telegrafos

3.ª Direcção

1.ª Divisão

PORTARIA N.º 456

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Fomento, que seja prorrogada por mais seis meses, a contar do dia 1 de Julho último, a concessão, dada por portaria de 9 de Fevereiro do corrente ano, para isenção de franquia às correspondências que a comissão de administração da Universidade Livre para Educação Popular haja de expedir por intermédio do correio.

Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 23 de Agosto de 1915.—O Ministro do Fomento, *Manuel Monteiro*.

PORTARIA N.º 457

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Fomento, que seja prorrogada por mais seis meses, a contar de 1 de Julho último, a concessão, dada por portaria de 24 de Dezembro do ano findo, para isenção de franquia às correspondências que a Sociedade Propaganda de Portugal haja de expedir por intermédio do correio.

Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 23 de Agosto de 1915.—O Ministro do Fomento, *Manuel Monteiro*.

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Repartição de Instrução Secundária

PORTARIA N.º 458

Convindo fixar as normas a que devem obedecer as propostas dos reitores dos liceus, relativas a nomeação de professores provisórios, para uma ponderada e judiciosa escolha: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro de Instrução Pública, em aditamento à portaria n.º 442, de 12 do corrente mês, o seguinte:

Nas suas propostas devem os reitores atender a seguinte ordem de preferências:

1.º Candidatos habilitados com concurso de provas públicas para o magistério secundário ou com o curso do mesmo magistério, em condições de serem nomeados professores efectivos sem concurso;

2.º Candidatos habilitados com o curso do magistério secundário, que ainda não tenham prestado concurso de provas públicas;

3.º Antigos professores provisórios que não estejam compreendidos nos números anteriores;

4.º Candidatos habilitados com qualquer curso superior, secundário e especial.

Dentro de cada categoria, os conselhos escolares deverão escolher e graduar os candidatos pela forma seguinte:

a) Serão excluídos do concurso todos os candidatos que não apresentem os documentos em regra, ou acêrcados quais os mesmos conselhos tenham informações do mau serviço pedagógico;

b) Depois de excluídos os candidatos atingidos pela alínea a), os restantes serão graduados pelos conselhos, dentro de cada grupo, atendendo-se exclusivamente as garantias de melhor ensino que os candidatos ofereçam, independentemente do mérito relativo dos diplomas. Essas garantias consistirão especialmente no mérito dos serviços já prestados.

Para o provimento dos lugares de professores provisórios no Liceu de Maria Pia serão preferidos sempre, dentro de cada um dos quatro grupos referidos, os candidatos do sexo feminino, que tenham prestado bom serviço no ano lectivo findo.

Realizada a votação, o reitor elaborará, no prazo de dez dias, a sua proposta definitiva, que enviará ao Ministro de Instrução Pública, acompanhada da cópia autêntica da acta da sessão do Conselho Escolar.

Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 23 de Agosto de 1915.—O Ministro de Instrução Pública, *João Lopes da Silva Martins Junior*.